

Trabalho por conta própria fica ainda mais precário

Por Arícia Martins

A precarização do mercado de trabalho vista durante a crise econômica também atingiu em cheio os trabalhadores por conta própria, grupo que em si já reúne grande parte das ocupações consideradas mais precárias. Com forte ingresso de ocupados no período - em 2015 e 2016, cinco milhões de pessoas migraram para essa posição -, a categoria teve queda de rendimentos, piora no perfil de vagas criadas e, também, redução no acesso ao sistema de aposentadorias, quando são comparados aqueles que já trabalhavam por conta própria antes da recessão com os que passaram a trabalhar após a crise.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que os trabalhadores que viraram conta própria há menos de dois anos têm remuneração, em média, 33% menor do que os que já estavam nesse tipo de ocupação. O levantamento foi feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e divulgado no boletim "Emprego em Pauta", que terá publicação mensal a partir de agora.

Os que começaram a trabalhar por conta própria após a recessão de 2014-2016 não se encaixam no perfil empreendedor, que optou por deixar seu emprego para abrir um negócio. De acordo com o Dieese, mais da metade (52%) deles passou a desempenhar atividades classificadas pela entidade como "elementares": após perderem seus empregos com carteira, esses trabalhadores entraram novamente no mercado em ocupações com rendimentos mais baixos, como faxineiros, ajudantes e preparadores de comidas rápidas.

Quase 25% do total de ocupados hoje no país, ou 23 milhões, está na categoria por conta própria, destaca Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese. O mais grave, em sua avaliação, é a predominância do exercício de atividades precárias nesse grupo, principalmente entre aqueles que estão nessa categoria há menos tempo. "A crise precarizou o trabalho assalariado, com a criação de postos de trabalho sem carteira, mas também o trabalho por conta própria", disse.

A recessão acelerou a entrada dos trabalhadores por conta própria nos setores de alojamento e alimentação, transporte e armazenagem e, também, no comércio e reparação de veículos. No primeiro segmento, 34% dos ocupados atuavam há menos de

INFORME

dois anos como conta própria. É o caso de Sérgio Quiles, que está há três meses à frente de uma banca de frutas improvisada em seu carro, perto do metrô Sacomã, no Ipiranga, zona sul de São Paulo.

Desempregado desde meados de 2015, quando foi dispensado de seu emprego com carteira como motorista de transporte escolar, Quiles tentou se recolocar no mercado formal, sem sucesso. Com parte do dinheiro que conseguiu ao processar o antigo patrão pelo não pagamento de horas extras, comprou uma Fiorino usada e recomeçou a vender frutas, que ficam expostas na caçamba do veículo. Ele já havia exercido por oito anos essa mesma atividade antes de entrar na última empresa em que trabalhou, em 2010.

Achatamento da renda

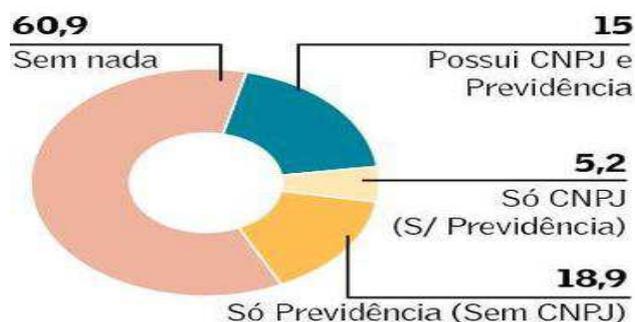
Rendimento médio dos conta própria segundo sexo e raça/cor - Em R\$

	Há dois anos ou mais	Até dois anos	Proporção da renda dos mais novos em relação aos mais experientes - em %
Homem negro	1.331	1.040	78,1
Homem não negro	2.380	1.637	68,8
Mulher negra	967	809	83,7
Mulher não negra	1.914	1.125	58,8
Total	1.685	1.133	67,2

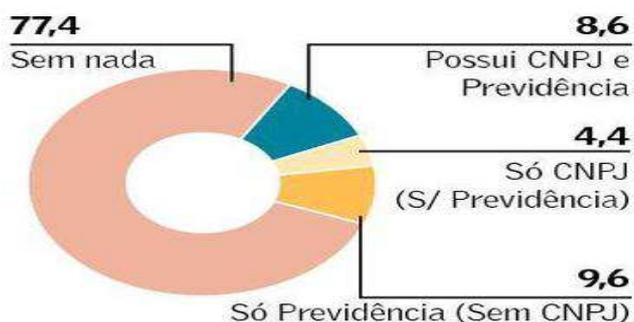
Redução de garantias

Proporção de trabalhadores por conta própria com CNPJ e Previdência - %

Há dois anos ou mais



Até dois anos



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Elaboração: Dieese

O comerciante diz ganhar melhor hoje do que em sua ocupação anterior, mas não tem CNPJ, nem consegue poupar parte da renda para alguma eventualidade e, no momento, parou de contribuir com a Previdência. Por isso, prefere trabalhar como funcionário registrado. Com 49 anos, porém, acha pouco provável que alguma empresa o contrate.

INFORME

Assim, pretende ficar com a banca de frutas até se aposentar por tempo de contribuição, dentro de sete anos. "A gente tem que se virar com pode", diz Quiles, que pretende voltar a contribuir com o INSS no fim do ano.

Assim como ele, 77,4% daqueles que trabalham por conta própria há menos de dois anos não têm CNPJ, nem contribuem no momento com a Previdência Social, de acordo com o levantamento do Dieese. No grupo mais experiente, o percentual de trabalhadores não formalizados e que não contribui com o sistema de aposentadorias é também elevado, mas menor (60,9%).

"Os 'conta própria' que entraram há menos tempo estão começando na atividade, com uma renda baixa, e por isso não conseguem se formalizar, nem contribuir com a Previdência", diz João Saboia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A fatia de trabalhadores nessa posição que possui apenas Previdência, sem CNPJ, de 18,9%, cai para 9,6% no grupo com menos de dois anos nessa posição.

Na crise, os trabalhadores com menor qualificação foram os mais prejudicados, avalia Tiago Cabral Barreira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). Beneficiados pela onda de formalização que antecedeu a recessão, num ambiente de escassez de mão de obra, eles foram os primeiros a perderem suas ocupações formais após a queda do nível de atividade.

Agora, em vagas precárias - seja como trabalhadores por conta própria, ou empregados sem carteira - conseguem garantir alguma remuneração, mas menor, e não contam mais com a rede de proteção a que trabalhadores formais têm acesso, afirma Barreira. De 2016 para 2017, o contingente de profissionais com carteira no setor privado diminuiu em quase 1 milhão de pessoas, redução de 2,8%, enquanto o total de ocupados sem carteira e por conta própria subiu 5,5% e 0,7%, respectivamente.

Em termos de rendimento, no entanto, os profissionais por conta própria tiveram o pior desempenho: a renda real dos conta própria caiu 0,6%, ao passo que os funcionários sem carteira viram seus rendimentos aumentarem 1,1%, e os com carteira, 2,5%.

Mais atuante no setor de serviços, o profissional por conta própria depende de sua experiência para conseguir uma maior clientela e, assim, elevar sua renda, observa Saboia, da UFRJ. Os trabalhadores mais recentes nesse tipo de ocupação têm renda menor porque prestam serviços há menos tempo, diz. "Muitas vezes, eles entram na posição de ajudante. É diferente da situação de um marceneiro qualificado, que já está há mais tempo na profissão, por exemplo."

Avanço da ocupação precária acentua desigualdade na renda

Por Arícia Martins

A entrada de novos profissionais por conta própria no mercado de trabalho acentuou desigualdades de renda já latentes no Brasil. Dependendo do gênero e da cor do trabalhador, a redução dos rendimentos daqueles que iniciaram suas atividades há menos de dois anos em relação ao grupo que já trabalhava nessa situação antes da crise de 2014-2016 foi ainda maior.

Segmento menos favorecido dentro do levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base em dados do IBGE de 2017, as mulheres negras foram as mais prejudicadas pela precarização. Uma mulher com essas características entrou no mercado como conta própria ganhando, em média, R\$ 809 durante 2015 e 2016 - 16,3% a menos do que uma mulher negra que já exercia alguma função por conta própria no período anterior à recessão.

Em termos relativos, a maior perda ocorreu no grupo de mulheres não negras, que recebiam, em média, R\$ 1.125 tendo começado a trabalhar como conta própria nos anos de recessão, rendimento 41,2% inferior ao de mulheres não negras que já estavam nesse ramo antes de 2014. Para homens, a redução da renda real em igual comparação foi de 21,9% para homens negros, para R\$ 1.040, e de 31,2% no grupo de homens não negros, para R\$ 1.637. Este é o segmento da amostra com maior renda, tanto antes quanto depois da crise. "A diferença de renda entre homens e mulheres foi ampliada com a precarização do trabalho por conta própria", especialmente para as mulheres negras, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese. "As mulheres negras pouco qualificadas ocupam postos com pouco reconhecimento social e baixíssima qualificação. Essa é uma desigualdade que vai além da renda", observa Lúcio, para quem a recessão agravou disparidades já existentes na sociedade brasileira.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2017, do IBGE, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas ficou em R\$ 2.814 naquele ano, 75,1% superior à renda das pessoas pardas (R\$ 1.606) e 79,2% acima dos rendimentos de pessoas negras (R\$ 1.570). Na comparação por gênero, a mulheres receberam, em média, R\$ 1.868 ao mês como renda proveniente de todos os trabalhos no ano passado, 22,5% a menos do que os homens (R\$ 2.410).

Para Tiago Cabral Barreira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), o efeito "trabalhador adicional" também aumentou a discrepância entre os rendimentos de homens e mulheres ao longo da crise, principalmente nas atividades exercidas por conta própria. Com a perda do emprego por chefes de família, mulheres que antes não estavam no mercado de trabalho precisaram

4

INFORME

ajudar na composição da renda familiar, diz Barreira. "Muitas vezes, essas mulheres entram na força de trabalho como conta própria, em postos que exigem pouca experiência e qualificação", observa o economista.

Retomada lenta freia até contratação de estagiário

Por Hugo Passarelli

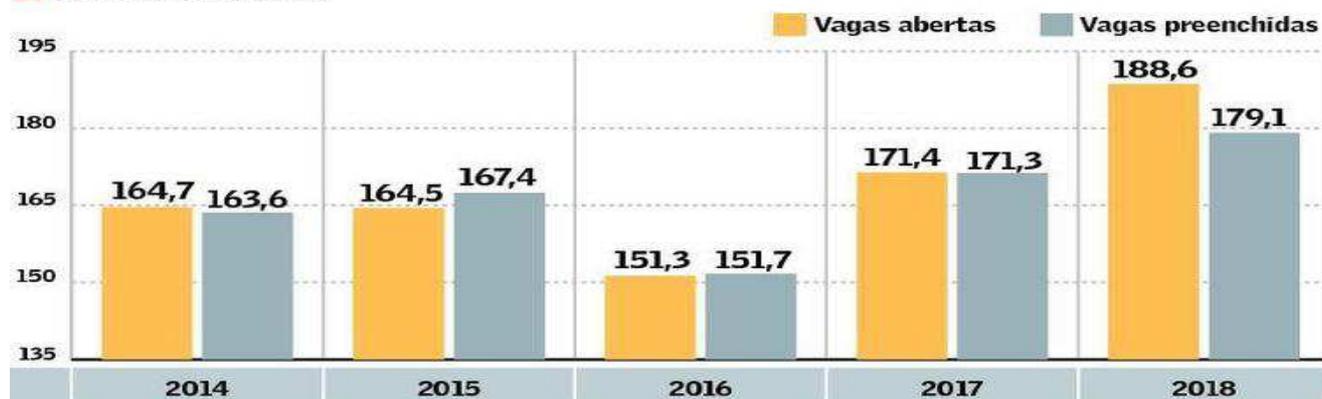
A lenta recuperação da economia também tem afetado quem está entrando no mercado de trabalho. No primeiro semestre, foram contratados 179,1 mil estagiários e aprendizes no país, um crescimento de 4,5% ante o mesmo período do ano anterior, um ritmo bem abaixo da expansão de 13% ocorrida em igual período de 2017 sobre 2016, segundo levantamento do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Das vagas preenchidas este ano, 141,8 mil são para estagiários, que fazem curso superior. Aprendizes, que são estudantes de ensino médio ou técnico, ficaram com as 37,3 mil restantes.

No primeiro semestre do ano passado, quando as contratações cresceram quase 20 mil vagas na comparação anual, de 151,6 mil para 171,3 mil, as companhias esperavam uma melhora mais expressiva e rápida da economia. "O que aconteceu é que as empresas optaram por escolher mão de obra menos qualificada enquanto a retomada não se materializava. Como o cenário não se confirmou, muitos dos postos abertos foram deixados de lado", afirma Luiz Gustavo Coppola, superintendente Nacional de Atendimento do CIEE.

Início mais difícil no mercado de trabalho

Número de vagas e contratos fechados no 1º semestre desde 2014

■ Em mil unidades



Fonte: CIEE

5

INFORME

Os processos seletivos também estão mais rigorosos, dando contribuição extra para o ritmo mais fraco de contratações. "As companhias estão mais criteriosas porque, relativamente, o investimento é mais alto para contratar no atual cenário", diz Coppola. De acordo com o CIEE, o tempo médio de preenchimento de uma vaga passou de 10 a 12 dias para 15 dias entre 2017 e 2018. "O que chama a atenção na crise de agora é o prolongamento dessa situação, não lembro de acompanhar uma sequência de anos tão difíceis", diz Coppola, há 33 anos no CIEE. Por outra ótica também é possível enxergar a absorção mais lenta de candidatos. No primeiro semestre do ano passado, praticamente todas as novas vagas ofertadas foram preenchidas. Agora, das 188,5 mil oportunidades disponibilizadas, quase 10 mil permaneceram em aberto, um sinal de que as empresas estão pisando no freio com as incertezas na economia e na política.

Neste cenário, as companhias buscam estagiários com formação mais ampla para suprir funções antes desempenhadas por profissionais mais experientes. "O pedido das empresas tem sido cada vez mais para encontrar um 'estagiário sênior', quase que substituindo um analista", diz Milie Haji, gerente de projetos de recrutamento e seleção na Cia de Talentos. Segundo ela, essa é uma tendência observada há dois ou três anos, mas que se intensificou agora. "O custo de manter esse estagiário não é tão barato como se imagina, exige acompanhamento e avaliações. As grandes empresas já não contratam estagiários apenas para tirar xerox".

Para Bruno Villela de Andrade, professor de Gestão de Pessoas e de Liderança da Saint Paul Escola de Negócios, a crise no Brasil é um elemento adicional que deixou mais claro que as empresas têm pouca margem de erro, o que reforça a necessidade de fazer "mais com menos". "A companhia que antes tinha um programa de estágio com 30 pessoas, agora utiliza 20 e espera o mesmo resultado", exemplifica. No início do ano, o CIEE projetava abertura de 600 mil vagas para estagiários e aprendizes, mas agora está trabalhando com a perspectiva de um número bem próximo ao do ano passado, quando as contratações de estagiários e aprendizes somaram 318 mil. Vale a ressalva que, segundo o CIEE, boa parte das vagas de estágio está relacionada à reposição de candidatos cujos contratos acabaram, seja por efetivação ou não renovação. Em alguns períodos, como início do ano e segundo semestre, o movimento costuma ser mais intenso. Uma pesquisa do portal Quero Bolsa, plataforma que conecta alunos em busca de bolsa de estudo e universidades interessadas em preencher suas vagas, traça diagnóstico semelhante para o mercado de trabalho dos iniciantes. Realizado entre março e maio deste ano, com 11,6 mil estudantes do ensino superior, o levantamento mostrou que 50,5% deles afirmaram estar trabalhando. Em 2017, o percentual encontrado foi 10 pontos percentuais maior, em 60,4%.

(Fonte: Valor Econômico – 24/07/2018)

6

Mercado de trabalho cria 3.124 postos temporários por dia

O mercado de trabalho temporário gerou 3.124 vagas por dia no Brasil no primeiro trimestre de 2018.

Os dados da Associação Brasileira de Trabalho Temporário (Assertem) e da Caixa Econômica Federal mostram ainda que o setor avançou 17,4% no primeiro trimestre de 2018, ante igual período de 2017 .

Ao todo, foram 281.204 vagas temporárias geradas em todo o País, o melhor resultado para o período desde 2015, e a prova de que o setor é o primeiro a reagir na geração de oportunidades de emprego.

“Em momentos de incertezas na economia, fica difícil para as empresas investirem em despesas fixas, sem saber ao certo o que vai acontecer”, diz Michelle Karine, presidente da Assertem.

“Nesse sentido, considerando uma possível demanda da empresa, o trabalho temporário é a alternativa mais viável para atender a demanda de flexibilidade e de rápida mobilização de mão de obra.

Estamos passando por um momento de sutil estabilidade, o que trouxe para as empresas a possibilidade de voltarem a contratar, aos poucos”, complementa. / Da Redação

(Fonte: DCI – 24/07/2018)

Sete das dez profissões que mais destruíram vagas são da construção

Estudo mostra que crise do desemprego não deu trégua para o setor e nem poupou as pessoas mais qualificadas, como engenheiros civis, além de tirar o fôlego das profissões ligadas à agropecuária e indústria têxtil que haviam esboçado uma reação

Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo

Profissões ligadas à agropecuária e indústria têxtil foram as que tiveram maior perda de fôlego nos 12 meses encerrados em junho de 2018, após terem esboçado reação nos 12 meses imediatamente anteriores, terminados em junho de 2017. Já entre as dez profissões que mais destruíram postos de trabalho em 2017 e permanecem cavando o fundo poço em 2018, sete estão relacionadas à construção civil.

Os dados são de um levantamento exclusivo, com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, pedido pelo Estadão/Broadcast à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Entre os dez piores desempenhos, a profissão que proporcionalmente fechou mais vagas dentro da construção nos 12 meses encerrados em junho foi a de supervisores de construção civil, com demissão de 8.566 trabalhadores e queda de 8,7% no pessoal ocupado com carteira nessa posição, após já ter dispensado 17.282 pessoas nos 12 meses anteriores. O total de trabalhadores formais atuando com montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis encolheu 5,2% nos 12 meses terminados em junho, 5.996 vagas a menos. A terceira maior queda no pessoal ocupado, de 4,9%, ocorreu na profissão de trabalhadores de estruturas de alvenaria, com 17.496 dispensados nos últimos 12 meses.

“A construção civil continua apanhando da baixa taxa de investimento, da falta de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Um dos destaque foi a queda nas vagas para engenheiros civis. Ou seja, mesmo os trabalhadores mais qualificados não estão encontrando oportunidade de trabalho”, ressaltou Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC e responsável pelo estudo.

Engenheiros. Foram eliminadas 2.110 vagas formais de engenheiros civis no País nos 12 meses encerrados em junho, uma queda de 3,2% no total ocupado nessa profissão em 8

INFORME

relação aos 12 meses anteriores, terminados em junho de 2017, quando outras 6.189 vagas já tinham sido extintas. Em dois anos, mais de oito mil engenheiros civis perderam o emprego com carteira assinada.

“A construção é de fato o destaque negativo na extinção de vagas. Começamos a ter alguns sinais incipientes de melhora no mercado de trabalho ao final do ano passado, mas as revisões para baixo na expectativa de geração de vagas passa pela decepção com a construção civil. O setor ainda tem dificuldades, tem fragilidades. É difícil prever alguma reação em termos de emprego nesse setor”, avaliou Thiago Xavier, analista da Tendências Consultoria Integrada, que reviu a previsão de geração de vagas do Caged para este ano, de uma expectativa inicial de 600 mil novos postos para 350 mil vagas geradas.

Na semana passada, o Ministério do Trabalho divulgou dados do Caged para o mês de junho que mostraram que o saldo entre geração e fechamento de vagas ficou negativo pela primeira vez no ano, após cinco altas consecutivas. Foram 661 postos de trabalho destruídos.

Trabalhador da construção civil há 25 dos seus 51 anos de vida, Alexino dos Reis Soares confirma a dificuldade de encontrar um trabalho com carteira assinada na área. Tanto ele quanto o filho atuam na informalidade. Quando raramente abre uma vaga, os salários costumam ser tão baixos que afugentam candidatos, testemunha o trabalhador.

“Até tentei uma vaga para trabalhar num condomínio, porque a jornada era boa, dava para sair cedo, mas o salário era muito baixo. Tem muita gente que eu conheço em obra que prefere trabalhar por conta própria por causa disso, porque pagam muito mal”, contou Soares.

Crise aborta esboço de reação no emprego

Agropecuária e indústria têxtil chegaram até a ensaiar retomada de vagas em 2017

Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo

RIO- Um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que quatro das 10 profissões que esboçavam maior reação na carteira assinada e tiveram abortado seu processo recuperação estão relacionadas à agropecuária. Outras três estão na indústria têxtil. Nos 12 meses encerrados em junho, 9 mil trabalhadores agrícolas na fruticultura perderam o emprego com carteira assinada. Esse contingente representa uma retração de quase 10% no número trabalhadores ocupados, movimento que acontece após uma geração de 35.569 vagas ao longo dos 12

9

INFORME

meses terminados em junho do ano anterior, quando o total de pessoas atuando nessa área teve um salto de 64,6%, de acordo com dados compilados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

“Vemos que setores que ainda não haviam se recuperado da recessão se depararam com uma conjuntura cada vez menos favorável neste ano, marcado pelo baixo nível de investimentos da economia e por níveis de confiança cada vez mais baixos. Por outro lado, alguns setores que tiveram um 2017 “espetacular” em decorrência da supersafra e do avanço das exportações no ano passado se depararam com um cenário externo menos favorável e com uma capacidade de ampliação da demanda por trabalho um pouco mais limitada, pela dificuldade do País em repetir, pelo menos na agropecuária, o bom desempenho de 2017”, justificou Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC e responsável pelo estudo.

A pesquisa mostra ainda que a segunda maior queda em carteira assinada ocorreu entre os trabalhadores agrícolas no segmento de gramíneas, atividade que inclui o cultivo de produtos importantes como trigo, milho e arroz.

Foram 9,8 mil vagas a menos no período, o que corresponde a uma retração de 7% no número de ocupados, após um incremento de mais de 13 mil vagas nos 12 meses terminados em junho do ano passado.

Na terceira posição, a profissão de operadores de máquinas para costura de peças de vestuário foi a que perdeu proporcionalmente mais trabalhadores.

O segmento amargou uma queda de 3,1%, 8.743 pessoas a menos, após a abertura de pouco mais de quatro mil vagas nos 12 meses anteriores.

Buraco profundo. A crise do desemprego não para de apresentar resultados negativos. O Caged mostrou em junho o primeiro resultado negativo do ano, um fechamento de 661 vagas considerando todas as profissões.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a carteira assinada atingiu em maio o patamar mais baixo da série histórica iniciada em 2012, com apenas 32,8 milhões de trabalhadores formais no setor privado, quase meio milhão a menos que um ano antes.

Entretanto, pelo menos na construção civil a sangria pode estar perto do fim, segundo Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), responsável pela Sondagem da Construção.

INFORME

“Ainda tem entre os empresários (da construção) uma intenção maior de demitir do que de contratar, mas hoje esses percentuais estão quase iguais”, lembrou Ana Maria. “Em outubro de 2015, a diferença chegou a quase 42 pontos. Havia quase 50% dos empresários dizendo que iam demitir, contra 8% dizendo que iam contratar. Hoje tem 18% dizendo que vão contratar, contra 24,5% dizendo que vão demitir”, completou a pesquisadora.

Vida no campo. Trabalhar na roça, como se diz no campo, já foi um grande negócio para muita gente. Hoje, porém, quem sofreu com o desemprego e teve de deixar a zona rural pensa bem diferente. “Lá na fazenda a gente via aqueles pés de cafés grandes, bonitos, e achava que teria trabalho para sempre”, conta Adailson Régis de Souza, que vinha vivendo da agricultura até se mudar para a cidade no início deste ano.

Seu último emprego foi na colheita de café em uma propriedade na região de Ribeirão Corrente (SP), onde a mecanização colaborou para a redução de vagas. “Mudou tudo e a máquina ajudou nisso”, diz Souza se referindo a equipamentos que chegam a fazer o trabalho de cem homens na lavoura.

Quem também foi vítima da redução de vagas é Arnaldo Andrade. Ele trabalhava como tratorista na Fazenda São João, na entrada de Franca (SP), e que por estar em área de expansão urbana teve boa parte de sua plantação de café derrubada para dar lugar a loteamentos de casas.

Mineiro, resolveu ficar na cidade paulista, mas hoje trabalha como motorista em uma empresa de blocos de concreto. “A vida no campo é boa e, para quem gosta do trabalho, melhor ainda. Mas ficou muito difícil”, lamenta.

A perda de vagas não é exclusividade de São Paulo e também é sentida em outros Estados. Já quem demite culpa o custo com produção, transporte, armazenamento e pessoal. Este último item foi o motivo que levou um agricultor do sul da Bahia a derrubar 450 mil pés de café e demitir 600 funcionários em dezembro passado. Wanderlino Bastos alegou na época que “sofria muita pressão” por causa de encargos, burocracia e exigências da Justiça do Trabalho no que se refere aos direitos dos empregados.

Levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, através do projeto Campo Futuro, aponta que em 2017 os agricultores tiveram receita suficiente apenas para cobrir as despesas rotineiras da atividade. /**COLABOROU RENE MOREIRA, ESPECIAL PARA O ESTADO**

(Fonte: Estado de SP – 24/07/2018)

11